A FORMAÇÃO DOS MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
CEARÁ DURANTE O VITALICIAMENTO:
REFLEXOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

*THE TRAINING OF MEMBERS OF THE
PUBLIC MINISTRY OF THE STATE OF CEARÁ
DURING TENURE: REFLECTIONS ON THE
DEMOCRATIZATION OF ACCESSTO THE
JUSTICE SYSTEM*

A FORMAÇÃO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ DURANTE O VITALICIAMENTO: REFLEXOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA¹

*THE TRAINING OF MEMBERS OF THE PUBLIC MINISTRY OF THE STATE
OF CEARÁ DURING TENURE: REFLECTIONS ON THE DEMOCRATIZATION
OF ACCESS TO THE JUSTICE SYSTEM*

Greicianny Cordeiro²

Luiz Alcântara Costa Andrade³

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 conferiu várias garantias ao Ministério Público, dentre elas a vitaliciedade, alcançada após dois anos de exercício, cuja perda do cargo, somente pode ocorrer mediante sentença judicial transitada em julgado. Propõe a presente pesquisa estudar como se dá o processo de vitaliciamento dos membros do Ministério Público do Estado Ceará, analisando seus reflexos e contribuições para a democratização do acesso ao sistema de justiça. A pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Em sede de resultados, constata-se que a instrumentalização do processo de vitaliciamento dos membros do *parquet* cearense lhes propicia uma formação adequada a torná-los aptos para um eficaz desempenho de suas funções institucionais quando do ingresso na carreira, notadamente aquelas previstas no art. 127 da CF/88.

Palavras-chave: Ministério Público; vitaliciamento; democracia; acesso ao sistema de justiça.

1 Data de recebimento: 15/02/2025. Data de aceite: 29/04/2025.

2 Promotora de Justiça no Ceará. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará e pela Universidade de Fortaleza. Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Membro do quadro de docentes da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará (ESMP). Escritora com diversos livros publicados. Email: greiciannycarvalho@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2918-5403>.

3 É graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1987). Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. É especialista em Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional. Membro do quadro de docentes da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará (ESMP). Professor. Palestrante em eventos nas áreas de Direito Administrativo, constitucional, crimes contra a Administração pública, Crime Organizado e Controle Externo das Administrações Públicas. Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (MPPP) pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC). Email: luizalcantara2006@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5233-3451>.

1 INTRODUÇÃO

Analisar o perfil, garantias e atribuições do Ministério Público é tão desafiador quanto definir sua origem. Garcia (2014, p. 63) anota que desde os primórdios da civilização egípcia identificava-se o funcionário real *magia*⁴, que tinha como atribuição denunciar os infratores, participar dos atos de instrução, zelar pelos interesses do soberano e proteger os cidadãos pacíficos; da parte dos gregos, anota sobre a existência de *thesmotetis* ou *desmodetas*, sobre quem recaía a responsabilidade de velar pela correta aplicação das leis; relata ainda, sobre a existência dos *advocatus fisci* e os *procuratores caesaris* que tinham como função defender o estado romano e o tesouro do Caesar, e, por derradeiro, os *éforos*, de Esparta, encarregados do *jus acusationes* e do equilíbrio entre o poder real e o poder senatorial.

No cenário atual, várias facetas devem ser consideradas para melhor compreensão das atribuições do Ministério Público e à formação de seus membros, inclusive no que se refere aos critérios para o acesso à carreira, em especial pelas diferenças estruturais que se apresentam nos sistemas de justiça, advertindo Garcia (2014, p. 66) que no modelo do *common law*, de origem anglo-saxônica, o recrutamento pode ocorrer por meio de eleição ou contratação direta, ao passo que no sistema *civil law*, de tradição romana, o acesso aos cargos geralmente se dá por meio de aprovação em concurso público, com ou sem frequência em escolas especializadas, modelo adotado no Brasil.

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 conferiu ao Ministério Público um papel de destaque que jamais lhe fora atribuído pelas constituições anteriores, definindo-o como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme consta do art. 127 da CRFB/1988 (Brasil, 1988).

Sendo relevantes tais funções, notadamente a defesa do regime democrático, restou assegurada à instituição a independência e autonomia financeira e administrativa, e aos seus membros as garantias da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos, nos mesmos contornos daquelas conferidas aos integrantes do Poder Judiciário brasileiro, o que evidencia a preocupação do constituinte originário na concepção e materialização de uma instituição voltada para defesa dos relevantes interesses da sociedade, despartada dos controles financeiros e políticos do Poder Executivo.

O processo de construção de uma instituição responsável pela defesa da ordem jurídica e do regime democrático, para ficar nesses dois exemplos, não foi simples, e muito menos consensual, principalmente quando lançamos luzes nos ensinamentos de Carva-

4 Funcionário real do Faraó que possuía amplas funções, dentre elas, repreender criminosos e proteger o homem justo.

lho (2003, p. 37), ao reconhecer que o pensamento da elite portuguesa foi reproduzido na colônia, à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, na primeira metade do século XIX, foi treinada em Coimbra, tornando-se parte do funcionalismo público, sobretudo na magistratura e no exército.

O registro histórico desses fatos importa para compreender as resistências a qualquer transformação do sistema de justiça brasileiro e da formação de seus integrantes, fato bem delineado por Koerner (1998, p. 36), que, analisando a reforma do Poder Judicial à luz da Lei de 3 de dezembro de 1841, afirma que os magistrados eram subordinados administrativamente ao presidente da província, sendo o chefe de polícia hierarquicamente superior aos juizes de direito e aos juizes municipais, e que, inclusive, expedia ordens para que procedessem a investigações, e também controlando sua atuação.

Em tempos mais atuais e analisando o fenômeno do “coronelismo”, Leal (2012, p. 63-64) é taxativo no que se refere à indicação dos funcionários estaduais que desempenhavam suas funções nos municípios e, a depender do prestígio que gozava os chefes municipais, maior o seu poder para indicar correligionário para ocuparem cargos estratégicos, a exemplo de professores primários, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, servidores da saúde, etc... o que nos revela o grau de dependência do Ministério Público em relação Poder Executivo.

Assim, assegurar ao Ministério Público novas funções institucionais não contempladas pelos textos constitucionais anteriores, superando compreensões advindas do contexto colonial republicano, afastando-o da ingerência do Poder Executivo e das forças políticas que porventura venham a ser contrariadas por sua atuação, não foi e continua não sendo tarefa fácil, inclusive no âmbito interno da própria Instituição.

Exemplificando, a vitaliciedade, somada à inamovibilidade e à irredutibilidade de vencimentos, são garantias institucionais que conferem ao membro do Ministério Público, pelo menos, em tese, a sua liberdade de atuação para a consecução das atribuições que lhes são outorgadas a nível constitucional e infraconstitucional, com possibilidade de limitação de sofrer inferências externas e mesmo internas no seu agir cotidiano.

Diante disso, propõe-se a presente pesquisa analisar como se dá o processo de vitaliciamento dos membros do Ministério Público do Estado Ceará, a partir da promulgação da CF/88, analisando seus reflexos e contribuições para a democratização do acesso ao sistema de justiça.

A relevância do assunto se justifica pelo fato de a Constituição Federal de 1988 ter promovido uma modificação na estrutura e atribuições do Ministério Público, sendo garantida a vitaliciedade de seus membros após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, daí porque, a importância de compreender como a instituição vem promovendo a formação

de seus membros de maneira a justificar a existência de tão significativa garantia, notadamente quando a CRFB lhe impõe o dever de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, sem olvidar a necessidade de promover a democratização do acesso à justiça.

A partir da pesquisa feita, questiona-se: em que medida o processo de vitaliciamento promovido pelo Ministério Público do Estado do Ceará contribui para a formação dos novos membros que ingressam em seus quadros, de modo a efetivar a democratização do acesso à justiça? Este é o objetivo geral. Quanto ao objetivo específico, será investigado como ocorre o processo de vitaliciamento dos promotores e promotoras de justiça cearenses, diante de seu compromisso de cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, as leis e os tratados internacionais.

No aspecto da formação aqui se revela, para os dias atuais, uma certa desimportância ou distanciamento institucional em relação aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos de que o Brasil é parte, inclusive aqueles com *status* de normas materialmente constitucionais, e que, além de especificarem diversos direitos não previstos no corpo da constituição, inclusive no que se refere ao acesso à justiça, servem de parâmetros para o já conhecido controle de constitucionalidade, bem como, para realização do controle de convencionalidade, compatibilizando o arcabouço normativo interno com as normas internacionais, em consonância com as reiteradas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), e em decorrência das costumeiras violações a direitos humanos constadas no Brasil.

Com efeito, feitas as considerações de ordem introdutórias, afirma-se que a pesquisa é bibliográfica e documental, mediante a análise da legislação constitucional e infraconstitucional vigente e anterior à CF/88, artigos científicos e periódicos. Em termos de abordagem, classifica-se como pesquisa qualitativa, uma vez que se propõe a apreciar os aspectos gerais e específicos do fenômeno investigado, o que se dará tanto no campo teórico quanto empírico. Quanto à finalidade, trata-se de pesquisa descritiva, buscando-se descrever o fenômeno da instrumentalização do processo de vitaliciedade dos membros do Ministério Público do Estado do Ceará. O método utilizado será o hipotético-dedutivo, partindo-se do geral para o particular.

A primeira seção consiste em uma análise acerca da estruturação do Ministério Público no constitucionalismo brasileiro, bem como das garantias asseguradas aos seus membros com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Na sequência, a partir do estudo da legislação atinente ao processo de vitaliciamento, será averiguado como ele se instrumentaliza no âmbito do Ministério Público cearense e como se dá a formação de seus membros com vistas à democratização do acesso à justiça e à efetivação das funções institucionais relacionadas à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

2 AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONFERIDAS PELA CF/88

Para que o Ministério Público pudesse cumprir as diversas atribuições que lhe foram conferidas pelo legislador constituinte de 1988, seria necessário fixar determinadas garantias aos seus membros, de modo a que pudessem exercer suas funções sem que viessem a sofrer pressões externas (De Moraes, 1996, p. 88).

O processo de maturação política e social para constitucionalização dessas garantias não foi automático e muito menos fruto do desejo romântico do Poder Constituinte, pelo contrário, foram séculos de amadurecimento e conflitos, e decorreu, principalmente, da luta renhida pela redemocratização do país. A necessidade de se democratizar o judiciário brasileiro e assegurar a existência de uma instituição independente para defesa das causas coletivas, foram moldando e estruturando o Ministério Público tal como o vemos na atualidade.

Registra Silva (2001, p. 31) que neste contexto de lutas, se destaca o empenho dos membros do Ministério Público, em todo o país, na defesa de um projeto institucional, o que foi recebido com desagrado por juristas e combatido por delegados de polícia na Constituinte e, posteriormente, nos Estados. Essa realidade continua atual, notadamente em relação a discussões que importam em atribuições que reforçam posições de poder, a exemplo do poder de investigação criminal, controle externo da atividade policial e celebração de acordos de colaboração premiada.

Por outro lado, após fracassadas tentativas da esquerda brasileira de fazer o enfrentamento do regime militar através da luta armada, Silva (2001, p. 32) esclarece sobre a descoberta do Poder Judiciário como espaço de luta institucional, inaugurando práticas de intervenção e participação na administração pública, com destaque para implementação de conselhos comunitários inicialmente implantados nas administrações locais de esquerda, posteriormente, ampliados e consolidados como espaço democrático de definição e fiscalização de políticas públicas.

Pois bem, diante da explosão de litígios e da necessidade de democratizar o acesso à justiça, o fortalecimento do Ministério Público parecia ser algo consensual, e com base em propostas construídas a partir do Ministério Público de São Paulo, que se apoiavam nos mesmos argumentos ainda hoje correntes entre promotores de justiça, de que as organizações civis careciam de recursos e condições para defesa de causas públicas e coletivas no Brasil, advogando a defesa de uma instituição que o fizesse em nome da sociedade (Silva, 2001, p. 36).

Para tal desiderato, veio o desenho de garantias conferidas aos membros do Ministério Público pela Constituição Federal de 1988, previstas no art. 128, § 5º. I: a)

vitaliciedade, após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo por sentença judicial transitada em julgado; b) inamovibilidade, comportando exceção em caso de interesse público, por decisão da maioria absoluta do órgão colegiado competente do Ministério Público, assegurando-se a ampla defesa; c) irredutibilidade de subsídio (Brasil, 1988).

Note-se que tais garantias eram asseguradas aos juízes em constituições anteriores, embora com algumas variações. Na Constituição do Império, de 1824, constava nos arts. 153 e 155 que os juízes de direito eram perpétuos, somente perdendo o lugar por sentença. Nela, não havia qualquer menção ao Ministério Público (Brasil, 1824).

Na Constituição republicana de 1891, em seu art. 57, os juízes federais, que faziam parte do Poder Judiciário da União, eram vitalícios, perdendo o cargo somente por sentença judicial (Brasil, 1891). Aqui também não havia qualquer menção ao Ministério Público, referido por meio do Decreto nº 848/1890, em que o chefe do governo provisório Marechal Deodoro da Fonseca organiza a Justiça Federal, estabelecendo o art. 21 que o procurador-geral da República seria nomeado dentre um dos membros do Supremo Tribunal Federal, cargo de natureza vitalícia (Brasil, 1890).

No Decreto nº 1030/1890, o Marechal Deodoro organiza a Justiça do Distrito Federal, dispõe em seu art. 11 que “junto de cada juiz ou Tribunal é instituído um representante do ministério público”. Para os cargos de pretor e de juiz dos feitos da Fazenda Municipal serão nomeados os atuais juízes de direito, juízes substitutos, juízes municipais, promotores públicos e curadores gerais (art. 15.1). Pelo art. 14, são nomeados pelo Presidente da República o pretor e os magistrados vitalícios (Brasil, 1890). Aqui também, a vitaliciedade era garantida tão somente aos magistrados.

Na Constituição de 1934, previa o art. 64, que aos juízes eram asseguradas as garantias da vitaliciedade, da inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos. No tocante ao Ministério Público Federal, nos termos no art. 95, § 3º, seus membros seriam nomeados mediante concurso, somente perdendo o cargo por força de sentença judicial ou processo administrativo em que lhe fosse assegurada a ampla defesa (Brasil, 1934).

As mesmas garantias foram asseguradas aos juízes pela Constituição de 1937, em seu art. 91, letras “a”, “b” e “c”, não sendo feita referência ao Ministério Público (Brasil, 1937). Na Constituição de 1946, os artigos 125 a 128 do Título III tratam Do Ministério Público e no seu art. 127 estabelece que os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão na carreira mediante concurso público e que não poderão ser demitidos após dois anos de exercício, salvo se houver sentença judiciária ou processo administrativo, assegurada a ampla defesa (Brasil, 1946). Idêntica previsão traz a Constituição de 1967, em seu art. 138§ 1º (Brasil, 1967) e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969, em seu art. 95 (Brasil, 1969).

Como se vê, ao longo do constitucionalismo brasileiro, a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos foram garantias asseguradas aos membros da magistratura, estendendo-se ao Ministério Público somente com a promulgação da Constituição de 1988, em que pese o fato de alguns textos constitucionais assegurarem uma espécie de estabilidade maior aos membros do Ministério Público, consoante visto acima.

As garantias asseguradas aos integrantes da magistratura e aos membros do Ministério Público, é de se ressaltar, não tem a finalidade “de constituir uma casta privilegiada de funcionários públicos, e sim e tão-somente assegurar a alguns agentes do Estado, apenas em razão das funções que exercem, garantias para que efetivamente possam cumprir seus misteres, em proveito do próprio interesse público”, capazes de propiciar a independência no agir, em conformidade com a lei e sem submissão a interesses de governos ou mesmo de particulares (Martins, p. 245).

Apesar da previsão no texto constitucional de que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, nem todas as propostas para torná-lo imune às ingerências do Poder Executivo foram aprovadas, permanecendo resquícios de sua submissão ao Poder Executivo, detalhe que evidencia sua vulnerabilidade, ainda nos dias atuais, a exemplo da escolha e nomeação do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais de justiça a nível estadual, pelo Presidente da República e pelos Governadores estaduais, respectivamente.

Garcia (2014, p. 270-271) esclarece sobre tal anomalia afirmando ser uma das poucas máculas que ainda recaem sobre a estrutura organizacional do Ministério Público no Brasil, ou seja, a desaconselhável participação do chefe do Executivo na escolha do Procurador-Geral, sendo inegável a pressão que sobre ele será exercida sempre que pretender a recondução. Para exemplificar, o autor relembra que o Procurador-Geral é o único legitimado para ajuizar a ação civil por ato de improbidade administrativa contra governador do Estado, conforme previsão do art. 29, VIII, da Lei n. 8.625/1993.

Para exercício de suas atribuições constitucional, legal e convencional, ao Ministério Público são asseguradas essas garantias que, em tese, permitirão a sua atuação nos termos idealizados pelo legislador constituinte, ou seja, de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

2.1 A estruturação do ministério público no constitucionalismo brasileiro

O desenho institucional do Ministério Público brasileiro, nos moldes que o conhecemos na atualidade, em muito decorreu do receio do constituinte originário de o país retornar a um estado de exceção e ditatorial, ao lado da organização e mobilização de

seus membros a nível nacional e estadual, no sentido de coletar e formalizar propostas no ambiente da assembleia constituinte, objetivando definir seu *locus* na CRFB/1988.

Com efeito, foi com base no que se denomina *Carta de Curitiba* que o Ministério Público apresentou seu arcabouço institucional, momento registrado por Garcia (2014, p.96) afirmando que tal proposta foi aprovada no 1º encontro dos Procuradores-Gerais de Justiça e Presidente de Associações, o que se deu na data de 20 a 22 de junho de 1996, na capital do Estado do Paraná, daí a denominação recebida. O que consta desse documento, com algumas ressalvas, foi incorporado pelo constituinte originário e faz parte do texto da Constituição.

Merece registro, segundo Silva (2001, p. 36), a forte atuação de membros da instituição que integravam o parlamento na condição de deputados constituintes, a exemplo de Ibsen Pinheiro, Theodoro Mendes, Plínio Arruda Sampaio e Fábio Feldman, além do acesso dos representantes da instituição ao governo federal, que levou à aprovação da maioria das propostas formalizadas pela categoria.

Estando o Ministério Público inserido no capítulo IV (Das Funções Essenciais à Justiça), essa posição no corpo da Constituição contribui para afastar o argumento de sua vinculação com o Poder Executivo, mácula que o acompanha até os dias atuais, decorrente de defeitos menores, mais com potencial para macular o princípio da independência funcional, a exemplo da escolha e nomeação do Procurador-Geral de Justiça por ato do chefe do Poder Executivo dos Estados.

Essa característica não passa despercebida de renomados doutrinadores, a exemplo de Meireles (1991), que, diante do quadro afirma:

[...] órgãos independentes são originários da Constituição e representativos dos Poderes de Estado – Legislativo, Executivo e Judiciário – colocados no ápice da pirâmide governamental, sem qualquer subordinação hierárquica ou funcional, e só sujeitos aos controles constitucionais de um poder pelo outro... é de se incluir, ainda, nessa classe, o Ministério Público Federal e estadual [...] (Meireles, 1991, p. 61-62).

A disposição do Ministério Público no texto constitucional, prevista nos arts. 127 a 130-A da CRFB (Brasil, 1988), não esgota as diversas referências feita a essa instituição e seus membros, de forma a materializar a importância do órgão como incumbido da defesa da ordem jurídica e do regime democrático, para ficar apenas nesse exemplo. Dentre essas relevantes funções com assento constitucional, no art. 129 da CF destacam-se: a) exclusividade na propositura da ação penal pública; b) a promoção do inquérito civil e da ação civil pública; c) promoção da ação de inconstitucionalidade; d) exercício do

controle externo da atividade policial; e) requisição de diligências investigatórias e instauração de inquéritos; f) zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública.

Dentre seus princípios institucionais, previstos no art. 129, §1º, destacam-se a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, esse último, objeto de constante tensão com o princípio da unidade, esclarecendo Garcia (2014, p. 130) que, no caso brasileiro, o evoluir da instituição acabou por cunhar um modelo híbrido, ao afirmar que apesar de os membros do Ministério Público estarem subordinados a uma única chefia, o Procurador-Geral de Justiça, isso não macula a independência funcional, sendo *contra legem* qualquer ato que busque uniformização de atuação.

No entanto, a Constituição Federal, seguindo a lógica da tripartição dos poderes originalmente desenvolvida por Montesquieu, em seu art. 2º, deixa evidente que o Ministério Público não se caracteriza como um quarto poder, figurando como órgão independente, em que pese suas abrangentes atribuições derivadas diretamente do texto da constituição (Brasil, 1988).

Essa posição de destaque e singular importância que o Ministério Público recebe no texto constitucional, é compatível com suas responsabilidades, notadamente quando diante da missão de promover a defesa da ordem jurídica e do regime democrático. Aqui, talvez repouse a maior e mais relevante missão do Ministério Público brasileiro, agindo de maneira a impedir o uso seletivo das normas, especialmente de natureza penal e, assim, democratizando o acesso à justiça.

Neste particular Mazzilli (1989) tratando do papel do Ministério Público na defesa do regime democrático, lembra que:

[...] democracia não é o governo da maioria das elites, nem da maioria das corporações, nem da maioria dos grupos econômicos, e nem mesmo da maioria de alguns grupos políticos, que muitas vezes são aqueles que *efetivamente* fazem a lei, mas nem sempre defendem os interesses da população; democracia quer significar o governo da maioria *do povo*. (Mazzilli, 1989, p. 74).

É exatamente no contexto dessa importante delegação que a sociedade espera e aguarda que, em qualquer situação, por mais crítica que se possa parecer, o Ministério Público cumpra seu dever constitucional de defesa intransigente do regime democrático, situação que, em várias oportunidades, lamentavelmente, foi relegada a plano secundário, a exemplo da manifestação formalizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) nos autos da ADPF n. 153/DF (Brasil, 2010), em que a Ordem dos Advogados do

Brasil - OAB - questiona amplitude lei de anistia que isentou de responsabilidade penal os agentes da repressão pela prática de delitos comuns contra os opositores do regime.

Estabelecido o *locus* constitucional do Ministério Público e suas relevantes atribuições, foi sancionada a Lei n. 8.625/93, de 12 de fevereiro de 1993, denominada Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, onde se disciplinou as normas gerais de sua estruturação, organização e atribuições, servindo até os dias atuais como norma infraconstitucional de consulta obrigatória no que se refere à atuação do Ministério Público brasileiro (Brasil, 1993).

Em termos de organização administrativa no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, a Lei Complementar nº 72 de 12 de dezembro de 2008, modula a instituição no Estado do Ceará, por vezes, repetindo os comandos presentes na lei orgânica nacional, com as peculiaridades de cada Estado, sem se descurar dos normativos internos que disciplinam questões administrativas, orçamentárias e que distribuem as atribuições de promotorias e procuradorias, o que se aperfeiçoa quando de sua aprovação pelos órgãos superiores da instituição (Ceará, 2008).

A conquista da garantia de vitaliciamento, após o período de dois anos, é matéria que desafia alguma particularidade, como veremos na sequência.

3 LEGISLAÇÃO ATINENTE AO PROCESSO DE VITALICIAMENTO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Como visto linhas acima, as garantias asseguradas aos integrantes da magistratura e aos membros do Ministério Público não têm a finalidade “de constituir uma casta privilegiada de funcionários públicos, e sim e tão-somente assegurar a alguns agentes do Estado, apenas em razão das funções que exercem, garantias para que efetivamente possam cumprir seus misteres, em proveito do próprio interesse público”, capazes de propiciar a independência no agir, em conformidade com a lei e sem submissão a interesses de governos ou mesmo de particulares (Martins, p. 245). No caso do Ministério Público, em específico, são essas garantias que permitirão a sua atuação nos termos idealizados pelo legislador constituinte, ou seja, de modo a que promova a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sem que venham a sofrer retaliações por parte de forças políticas ou de grupos econômicos (Costa, 2022, p. 32). Para além dos magistrados e dos membros do Ministério Público, as garantias “servem à própria coletividade” (Mazzilli, 1997, p. 37).

De acordo com a CF/88, em seu art. 129, § 4º, alterado pela Emenda Constitucional nº 45 de 8 de dezembro de 2004, no que couber, será aplicado ao Ministério Público o disposto no art. 93. Aqui merece destaque o inciso IV deste referido artigo, que trata da

realização de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, a se constituir em “etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.” Tal obrigatoriedade também se aplica ao Ministério Público. O mencionado dispositivo reflete a preocupação do legislador constitucional com a formação dos magistrados e dos membros do Ministério Público quando do ingresso nas respectivas carreiras, daí porque a previsão da participação dos mesmos em curso oficial de formação e aperfeiçoamento se constitui em etapa obrigatória do processo de vitaliciamento (Brasil, 1988). A partir da promulgação da mencionada Emenda Constitucional, os Ministérios Públicos estaduais vêm disciplinando o processo de vitaliciamento por meio de atos administrativos expedidos pelas suas Escolas Superiores, em obediência às diretrizes gerais feitas em resoluções e recomendações emanadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, isto porque, sendo a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público do ano de 1993 (Lei nº 8.8.625/93), esta nada previa a tal respeito.

Fernandes e Moura (2018, p. 20; 23) compreendem a necessidade de o Conselho Nacional do Ministério Público regulamentar requisitos uniformes para a avaliação do estágio probatório a nível nacional, como forma de garantir a unidade e a indivisibilidade da Instituição, atentando-se para o “novo perfil humano e resolutivo de atuação do membro”. No dizer de Fernandes (2018, p. 52), “o estágio probatório é o laboratório germinal do perfil constitucional do membro do Ministério Público como agente da vontade política transformadora”.

Buscando uma uniformização sobre o estágio probatório dos membros do Ministério Público brasileiro, com vistas a aprimorar sua efetividade social, contudo, respeitando a autonomia e as particularidades de cada unidade ministerial, o Conselho Nacional do Ministério Público publicou a Recomendação de Caráter Geral nº 01 de 15 de março de 2018, a merecer destaque: 1) fixação de princípios consistentes em capacidade de resolução humanizada dos conflitos, controvérsias e problemas; eficiência, pontualidade e assiduidade; idoneidade ética e moral; proatividade, capacidade técnico-jurídica, ponderação e bom senso na tomada de decisões; gentileza, paciência, temperança e capacidade de exprimir sentimentos nobres no trato com as pessoas, principalmente as mais carentes e humildes e aquelas que estejam em situações de exclusão social; (art. 1º); 2) fixação de diretrizes, dentre as quais: conhecimentos das causas locais; autoridade ética para mediar demandas sociais; capacidade de diálogo e de consenso (art. 3º); o curso de ingresso e vitaliciamento destina-se ao exercício probo, saudável e eficaz na atuação do membro do Ministério Público, com destaque para as dimensões biológica, psicológica, social, espiritual, organizacional e funcional impostas na atuação do mesmo (art. 5º, parágrafo único); o curso, a ser aplicado em quatro módulos, será estruturado em quatro

eixos: teórico, profissional, interlocução interinstitucional; ética comportamentalista e de evolução humana (art. 6º e 8º) (Brasil, 2018).

A Lei Complementar n.º 72 de 12 de dezembro de 2008, que instituiu a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará, posterior à promulgação da EC n.º 45/2004, embora trate dos casos de perda do cargo para o membro do Ministério Público em estágio probatório e o respectivo processo disciplinar, nada diz no tocante ao processo de vitaliciamento, o que vem sendo feito por meio de ato regulamentar expedido pela Escola Superior do Ministério Público, através do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, a quem cabe promover o aperfeiçoamento profissional e cultural dos membros do Ministério Público, mediante a realização de cursos, palestras, intercâmbios culturais e científicos, seminários e congressos (Ceará, 2008).

No Ceará, atendendo às mudanças promovidas pela EC n.º 45/2004, em julho de 2010, o Conselho Consultivo da Escola Superior do Ministério Público aprovou o primeiro Regulamento do Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público do Estado do Ceará, com carga horária de 180h horas-aula, dividido em duas fases, uma delas destinada aos membros recém-ingressados; a outra, visando subsidiar o Conselho Superior do Ministério Público do Estado para o vitaliciamento (art. 2º). No tocante ao conteúdo, dispunha o regulamento sobre a existência de quatro módulos, sendo o primeiro voltado para fornecer uma visão geral do Ministério Público e subsídios práticos para o exercício das funções dos promotores de justiça, nas diversas áreas de atribuição (art. 5º). Os módulos segundo ao quarto, que seria a fase de vitaliciamento, se destinaria a aperfeiçoar as habilidades dos promotores de justiça com vistas à sua atuação profissional, reunindo subsídios sobre os mesmos, a serem enviados ao Conselho Superior do Ministério Público (art. 6º). Ao final do curso, o desempenho dos novos membros seria avaliado por meio de julgamento de trabalho escrito e inédito a respeito de temas abordados (art. 10) (Ceará, 2010).

Mas seria a partir do ano de 2019, subsidiada na Recomendação de Caráter Geral n.º 01 de 15 de março de 2018 do Conselho Nacional do Ministério Público, que a regulamentação para o curso de ingresso e vitaliciamento dos membros do Ministério Público do Ceará – a exemplo de outros Estados -, sofreria por substanciais alterações e, de forma recente, foi aprovado o Regulamento n.º 001/2023/ESMP/CEAF, datado de 25 de maio de 2023, pelo Conselho Consultivo da Escola Superior do Ministério Público, que disciplina o VII Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público do Estado do Ceará (Ceará, 2023).

3.1 Como se instrumentaliza o processo de vitaliciamento do ministério público do estado do Ceará

O curso de ingresso e vitaliciamento dos 33 recém-empossados promotores de justiça do Estado do Ceará, ocorreu entre os dias 02 a 16 de junho de 2023, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, justo quando o presente artigo estava sendo escrito, e se dá em conformidade com o Regulamento nº 001/2023/ESMP/CEAF, datado de 25 de maio de 2023, que dispõe sobre o VII Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público do Estado do Ceará, aprovado pelo Conselho Consultivo da Escola Superior do Ministério Público, segundo o qual competem à Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), a promoção do referido curso (art. 1º), que tem por objetivo oferecer aos membros recém-empossados o conhecimento acerca da organização e do funcionamento da Instituição, sua atuação na prática, fornecendo-lhes os subsídios necessários “para o exercício do cargo nas principais áreas de atuação do órgão e na gestão das Promotorias de Justiça” (art. 2º). Preocupando-se com a formação do promotor de justiça, voltada ao seu perfil ético e humanista, o curso possui um “conteúdo teórico-prático de caráter reflexivo e transdisciplinar” (parágrafo único do art. 2º), a servir, também, de subsídio para a futura avaliação por parte do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), em relação ao vitaliciamento (art. 7º) (Ceará, 2023).

A duração do curso será de 200 horas-aula, dividido em duas etapas, consistentes na “Formação para o Ingresso” e “Preparação para o Vitaliciamento” (art. 4º), formulado com base em quatro eixos denominados estruturantes: 1) dimensão teórica; 2) dimensão profissional; 3) dimensão de interlocução institucional; 4) dimensão ética e comportamento humano. Ao final do curso, como trabalho de conclusão, para avaliação de seu desempenho, o vitaliciando deverá apresentar um projeto e posterior artigo sobre temática voltada à atuação do Ministério Público na respectiva comarca, mediante a observância de normas especificadas pelo Núcleo de Planejamento Estratégico do MPCE e pela direção da ESMP e do CEAF, além das normas da ABNT. Após a avaliação feita, por avaliadores da própria Instituição ou externos, em pareceres constando as qualificações “satisfatório”, “satisfatório com restrições” ou “não satisfatório”, o resultado dos artigos será remetido à Corregedoria-Geral do Ministério Público e, ao final, ao Conselho Superior do Ministério Público, de modo a servir de subsídio para a análise do processo de vitaliciamento. Caso considerado o trabalho “satisfatório com restrições” ou “não satisfatório”, o avaliando será informado, podendo apresentar pedido de reconsideração aos avaliadores, cabendo recurso ao Conselho Consultivo em caso de indeferimento (art. 19 e parágrafos). O curso deverá estar concluído em 18 meses após a posse dos promotores de justiça recém-ingressados (art. 22) (Ceará, 2023).

Em cumprimento ao determinado pela EC nº 45/2004, o processo de vitaliciamento dos membros do Ministério Público que ingressam na carreira passam pelo curso de

vitaliciamento, de natureza obrigatória, por meio do qual será promovida uma formação adequada dos promotores de justiça recém-empossados, para a utilização de seus conhecimentos e habilidades diante das situações práticas vivenciadas em suas respectivas comarcas, com vistas ao eficaz cumprimento das funções institucionais, sem olvidar que, também, servirá se subsídio para a futura avaliação do vitaliciamento, por parte do Conselho Superior do Ministério Público.

3.2 A formação dos promotores de justiça do Ceará com vistas à democratização do acesso à justiça e à efetivação de suas funções institucionais

Em crítica à formação dos membros do Ministério Público, feita décadas atrás, Mazzilli (1997, p. 8) atentava para uma formação não voltada à prática funcional, destituída da necessária interdisciplinaridade entre as ciências jurídicas e outras ciências afins, o que impossibilita uma atuação mais efetiva por parte do promotor de justiça, sem falar da ausência de atenção à ética forense. Essa deficiência na formação dos promotores de justiça que ingressavam na carreira mudou a partir da EC nº 45/2004, e isso pode ser constatado pelos cursos de ingresso e vitaliciamento levados a efeito pelas Escolas do Ministério Público dos Estados, pelo que foi dada ênfase, aqui, ao Ceará.

A formação dos promotores de justiça recém-ingressados nos quadros da Instituição, cada vez mais, reveste-se de importância na medida em que tem por finalidade bem preparar o membro para um bom desempenho de suas atribuições nas respectivas comarcas, qualificando-o para fazer o adequado uso dos instrumentos extrajudiciais de resolução de conflitos ou das ações judiciais cabíveis postos à sua disposição pela legislação constitucional e infraconstitucional, uma vez que se constitui “o Ministério Público autêntica ferramenta de acesso à justiça na defesa, justamente, dos direitos e interesses mais caros à comunidade” (Rezende, 2013, p. 2).

O acesso à justiça é considerado por Mazzilli (1989, p. 5) um dos valores fundamentais da sociedade, essencial à própria democracia, na medida em que possibilita qualquer pessoa, independentemente de sua condição econômica ou social, ir às barras do Judiciário em busca da efetivação de seus direitos porventura violados ou na iminência de sê-los. Inclusive, é de se ressaltar que a democratização do Judiciário, passando por questões que vão da redução das custas judiciais à garantia de acesso por parte das classes menos favorecidas foi um dos temas mais discutidos nos anos que antecederam a Constituinte, defendidos por vários operadores do direito, na busca por um novo modelo de justiça (Silva, 2001, p. 30). Outrossim, foi nesse mesmo contexto que surgiu o Ministério Público com a feição que lhe fora dada pela Constituição Federal de 1988, enquanto instituição essencial, a quem cabe, dentre tantas outras atribuições, demandar

judicialmente em ações envolvendo interesses da coletividade, difusos e individuais homogêneos, ou mesmo intervir como *custos legis* quando existente o interesse público ou partes vulneráveis, assegurando-se, assim, um equilíbrio entre as relações que se instauram entre as partes demandantes e os interesses conflitantes. Logo, infere-se que a formação dos promotores de justiça que ingressam nos quadros da Instituição não pode prescindir de tal aspecto, uma vez que cabe ao Ministério Público comparecer “na defesa de relevantes valores democráticos, seja para possibilitar o acesso ao Judiciário, seja para operar como fator de equilíbrio entre as partes no processo” (Mazzilli, 1989, p. 7).

A partir da análise dos quatro eixos estruturantes do VII Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público do Estado do Ceará, previstos no art. 8º do Regulamento nº 001/2023/ESMP/CEAF, acima mencionados, verifica-se uma preocupação tanto no tocante às funções institucionais quanto na formação ético-humanista de seus membros recém-ingressos, capaz de permitir uma maior conscientização de seu papel junto à sociedade e, via de consequência, propiciando uma maior efetivação da cidadania (Costa, 2012, p. 33) e a democratização do acesso à justiça.

Sem olvidar a importância do eixo relacionado à dimensão teórica, em que o vitaliciando passa a conhecer a história, a estrutura organizacional e o funcionamento da instituição que integra, no presente estudo, merece ênfase os eixos em cujas dimensões o promotor de justiça receberá a formação para o melhor desempenhar de suas funções institucionais estabelecidas no art. 127 da Constituição Federal de 1988, atinentes à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, por sua vez, propiciadoras da democratização do acesso à justiça.

Durante o curso de formação com vistas ao vitaliciamento, no eixo da dimensão profissional é dado um destaque à atuação prática do promotor de justiça na esfera judicial e extrajudicial, quanto aos direitos e garantias fundamentais do cidadão, a tutela dos direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade, para tanto, serão realizadas visitas técnicas, estudos de casos, debates, simulação de situações concretas (art. 8º, II). Tão logo chegue à primeira comarca de sua titularidade, o promotor de justiça deverá estar pronto para lidar com as questões práticas que chegam ao seu conhecimento, cabendo-lhe lançar à mão dos instrumentos extrajudiciais e judiciais mais adequados ao caso concreto. No eixo da dimensão de interlocução institucional, por sua vez, busca-se a formação voltada para o diálogo com outras instituições públicas ou privadas e, ainda, com os movimentos sociais, mídias sociais e órgãos de comunicação (art. 8º, III) (Ceará, 2023).

Mas é no eixo correspondente à dimensão ética e comportamento humano previsto no mencionado Regulamento que se denota uma verdadeira preocupação com o despertar ético-humanista do membro do Ministério Público, a quem cabe estabelecer um

contato frequente com os cidadãos, conhecendo suas necessidades para, a partir daí, interferir no cotidiano da comunidade e do próprio município, acionando o poder público, organizações não-governamentais e até mesmo outros cidadãos, de forma extrajudicial ou mesmo judicial (Silva, 2001, p. 166). Para tanto, será preciso desenvolver uma empatia para com as pessoas que procuram a instituição, bem como ter humildade para compreender que o diálogo com a sociedade é fonte inesgotável de aprendizado (Rocha, 2018).

Art. 8º.

(...)

IV - Dimensão Ética e Comportamento Humano: Serão desenvolvidos conceitos para a identificação e reflexão das questões de ordem pessoal, familiar, social, laboral, intrainstitucional e interinstitucional – direta ou indiretamente – relacionadas à realização das atribuições do membro do Ministério Público do Estado do Ceará, seja na prestação jurisdicional do Estado, na via extrajudicial ou social, seja na promoção do contentamento, do comprometimento e da humanização do ambiente e das relações de trabalho e no desenvolvimento contínuo do ser humano nos seus múltiplos aspectos (físico, mental e espiritual), observando o atendimento efetivo e eficaz do interesse público e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, nas peculiaridades das diversas unidades de lotação. (Ceará, 2023).

A preocupação ético-humanista do membro do Ministério Público se faz premente para que, no exercício de seu mister, diante das tantas atribuições que lhe são conferidas por força de mandamentos de natureza constitucional e infraconstitucional, este possa efetivá-las com vistas a uma melhor compreensão sobre as demandas do cidadão, as necessidades das pessoas vulneráveis, as peculiaridades do interesse público, a importância a ser dada aos direitos da coletividade e, sobretudo, o despertar para a importância de um atendimento mais humanizado, porque cabe ao Ministério Público fazer uso de instrumentos extrajudiciais visando a resolução de conflitos e, quando tal não se fizer possível, ingressar em juízo para obter uma pronta prestação jurisdicional a direitos porventura violados ou mesmo, prestes a sê-lo. Mais que isso, a visão ético-humanista enfatiza que o promotor de justiça deve ser visto não somente enquanto um profissional do direito, mas como um ser humano em sua plenitude, nos aspectos físico, mental e espiritual, o que influenciará sobremaneira em seu trabalho e no trato com os cidadãos, conforme as peculiaridades de cada comarca em que vier a atuar.

4 CONCLUSÃO

A partir da promulgação da EC nº 45/2004, o Ministério Público, em vários estados, cuidou em se adequar ao novo comando constitucional e disciplinou cursos destinados aos membros recém-ingressados em seus quadros, ministrando-lhes uma formação adequada, capaz de contemplar as diversas situações que lhes seriam exigidas no desempenho de suas funções, para tanto, elaborando um modelo de processo de vitaliciamento com vistas a alcançar tal finalidade, o que inexistia anteriormente, quando o promotor de justiça simplesmente assumia a titularidade de dada comarca e, a partir da vivência prática e das demandas existentes, pautava sua atuação, sem falar que inexistiam prédios destinados à promotoria de justiça, o que implicava em uma dependência quanto às instalações do fórum para o exercício de seu mister.

Da análise do processo de vitaliciamento levado a efeito pelo Ministério Público do Estado do Ceará, objeto do presente estudo, a partir de uma leitura do regulamento do curso de ingresso e vitaliciamento, bem como do programa de formação, observa-se uma preocupação em tornar os promotores de justiça recém-ingressados aptos a desenvolverem suas atribuições com segurança e de forma eficaz, tão logo cheguem em suas respectivas comarcas, tanto sob o aspecto judicial quanto extrajudicial.

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis exige do membro do Ministério Público uma atenção percuciente no zelo com as questões de interesse público, na efetivação de instrumentos conferidores da cidadania, no trato atento com os direitos que interessam à coletividade e, para tanto, não há como olvidar a necessidade de uma formação humanística, por onde perpassam vários direitos e pessoas vulnerabilizadas, os quais não podem passar despercebidos.

Portanto, os eixos estruturantes do curso de ingresso e de vitaliciamento dos membros do Ministério Público do Estado do Ceará voltam-se a questões práticas e teóricas, à interdisciplinaridade, à formação ético-humanista, à compreensão de diversas realidades com as quais deparará no decorrer de sua atuação, em que interesses individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos se apresentarão diante do promotor de justiça, a exigir-lhe uma postura proativa, cabendo-lhe levar a efeito a democratização do acesso à justiça, na medida em que encontra-se apto a promover as demandas pertinentes que cada caso requerer.

THE TRAINING OF MEMBERS OF THE PUBLIC MINISTRY OF THE STATE OF CEARÁ DURING TENURE: REFLECTIONS ON THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO THE JUSTICE SYSTEM

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988 conferred several guarantees to the Public Prosecutor's Office, among them life tenure, achieved after two years in office, whose loss of office can only occur through a final court decision. This research proposes to study how the process of life tenure of the members of the Public Ministry of the State of Ceará takes place, analyzing its reflections and contributions to the democratization of access to the justice system. Bibliographical and documentary research, with a qualitative approach. In terms of results, it appears that the instrumentalization of the lifelong process of members of Ceará parquet provides them with adequate training to make them able to effectively perform their institutional functions when entering the career, notably those provided for in art. 127 of CF/88.

Keywords: Public Ministry; lifetime; democracy; access to the justice system.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de Março de 1824**. Brasília, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890**. Brasília, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-848-11-outubro-1890-499488-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 1030, de 14 de novembro de 1890**. Organiza a Justiça no Distrito Federal. Brasília, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1030-14-novembro-1890-505536-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891**. Brasília, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934**. Brasília, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Brasília, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153/DF**. Discussão acerca do alcance da Lei de Anistia. Relator Ministro Eros Grau. Tribunal Pleno. 28 de abril de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2644116>. Acesso em: 03 jun. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem; a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2003.

CEARÁ. Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008. **Institui a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará**. 2008. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/Lei.Complementar72-2008.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

COSTA, Alaíde Sampaio. **Perfil constitucional do Ministério Público: precedentes históricos e o seu lugar na Constituição Federal de 1988**. 2012.

COSTA, F. V.; VAZ, F. M. de O. Da vitaliciedade e a possibilidade jurídica de demissão: uma análise sobre o exercício da magistratura. **Revista Húmus**, [S. l.], v. 12, n. 36, 2022. DOI: 10.18764/2236-4358v12n36.2022.28. Disponível em: <http://cajapio.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/18453>. Acesso em: 6 jun. 2023.

DA SILVA, Marco Eduardo Chaves; BARROZO, Marcelo André Azevedo Veras. A POSSIBILIDADE DE MITIGAR A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA VITALICIEDADE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 2, p. 951-971, 2022.

DE LIMAS TOMIO, Fabrício Ricardo; ROBL FILHO, Ilton Norberto. Autonomia e prerrogativas do ministério público brasileiro em perspectiva comparada: construindo um índice de independência/autonomia. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 16, n. 3, p. 1166-1183, 2021.

DE MORAES, ALEXANDRE. **Garantias do Ministério Público em defesa da sociedade**. 1996.

DIAS, Ítalo Costa. Ministério Público brasileiro: uma breve análise da sua evolução

nas constituições brasileiras. **Revista Jurídica do Ministério Público**, v. 1, n. 11, p. 135-146, 2017.

DUARTE, C. da S. Estabilidade e Vitaliciedade. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 106, n. 2, p. 107-114, 2017. DOI: 10.21874/rsp.v0i2.2510. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2510>. Acesso em: 6 jun. 2023.

GARCIA, Emerson. **Ministério Público: organização, atribuições e regime jurídico**. 4 ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2014.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na constituição da República Brasileira**. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciências Políticas, USP, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MARTINS, Alcides. Institucionalização do Ministério Público. **Revista da EMERJ**, v. 1, nº 4. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista04/revista04_237.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

MATOS, Bernardo Barbosa. **Ministério Público e os seus discursos de valorização institucional**. 2019.

MAZZILLI, Hugo Nigro. O acesso à justiça e o Ministério Público. **Revista Justitia**, 146, 2º trim. 1989, edit. pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público**. São Paula: Saraiva, 1997.

REZENDE, Guilherme Carneiro. **O Ministério Público e o acesso à justiça**. https://escolasuperior.mppr.mp.br/arquivos/File/Arquivos_Antigos/o_ministerio_guilherme.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

SCHWEZ KURKOWSKI, Rafael. Considerações disciplinares, no âmbito da corregedoria nacional do ministério público, para membros em estágio probatório (Disciplinary Considerations, in the National Prosecutor's Office of Professional Responsibility, for Prosecutors in the Initial Stage of the Career). **Revista Jurídica Corregedoria Nacional**, v. 5, 2018.

SILVA, Cátia Ainda. **Justiça em jogo: Novas Facetas da Atuação dos Promotores de Justiça**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2001.